

# **O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS NA VILA PRODUTIVA RURAL LAFAYETTE: A Proposta de Reassentamento Concebida pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF**

**Helena Oliveira de Barros Mota**

Discente UNIVASF. Diretora Técnica UNIVASF/PISF- Mestranda/Assistente Social.  
helenaobarros@gmail.com

**Vanderlei Souza Carvalho**

Docente da UNIVASF. Cientista Social. Mestre em Ciência Política. Doutor em Sociologia. V  
anderlei.carvalho@univasf.edu.br

## **RESUMO**

A integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, resultou no conhecido “Projeto da Transposição do Rio São Francisco”, que atenderá a 12 (doze) milhões de nordestinos, nos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte; região afetada, historicamente, por indisponibilidade hídrica. Este projeto desencadeou a implantação de vilas produtivas rurais para o reassentamento das famílias residentes nas áreas diretamente afetadas pelas obras. Este artigo apresenta uma análise de sustentabilidade das ações desenvolvidas em uma dessas vilas, nesse caso, na comunidade reassentada à Vila Produtiva Rural Lafayette, localizada no município de Monteiro, estado da Paraíba. A metodologia adotada incluiu a utilização de pesquisa em fontes documentais, a observação participante (in loco), e a verificação de conteúdo pertinente, em que se constatou, via matriz swot, a percepção de atributos socioeconômicos e ambientais, inerentes ao desenvolvimento sustentável, presente no cotidiano daquelas famílias. As categorias analisadas foram: O desenvolvimento sustentável e a participação social. Como resultado, esse estudo ratifica que a percepção dos atributos socioeconômicos e ambientais das famílias reassentadas é refletida na maneira como estas se envolvem e se articulam para desenvolver ações necessárias à construção da autossustentabilidade e alerta para que os outros atores envolvidos nesse processo também cumpram o seu papel.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável.; Reassentamento; Participação social.

## **SUSTAINABLE DEVELOPMENT THROUGH THE PERCEPTION OF RESETTLED FAMILIES IN LAFAYETTE RURAL VILLAGE: THE RESETTLEMENT PROPOSAL CONCEIVED BY THE SÃO FRANCISCO RIVER INTEGRATION PROJECT – PISF**

### **ABSTRACT**

São Francisco River integration with hydrographic basins of the Septentrional Northeast has resulted on the well-known “São Francisco River Transposition Project”, which will benefit 12 million northeastern people in the states of

Pernambuco, Paraíba, Ceará and Rio Grande do Norte; this region has been historically affected by the lack of water. The project has triggered the implementation of rural production villages for the resettlement of families that lived in the areas directly impacted by the construction work. This paper presents an analysis of the sustainability of actions developed in one of these villages, the community resettled in Lafayette Rural Production Village, located in the town of Monteiro, Paraíba. The methodology has included the use of research in documental sources, the observation in loco and the analysis of pertinent content, through which it has been observed the perception of socioeconomic and environmental aspects inherent to sustainable development, present in those families' routines. The categories analyzed were: sustainable development and social participation. As result, this paper emphasizes that the perception of socioeconomic and environmental aspects of the resettled families is reflected on the way they interact and get involved in the development of actions necessary for the construction of self-sustainability, making others who are involved in this process aware of their roles.

**Keywords:** Sustainable Development; Resettlement; Social Participation.

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe discutir a problemática que envolve a realidade cotidiana vivenciada pelas inúmeras famílias reassentadas em comunidades rurais no Nordeste Brasileiro, à medida que apresenta a percepção das famílias, na comunidade analisada, quanto às dificuldades e avanços alcançados, com vistas a autossustentabilidade. O interesse nessa temática, surgiu da minha inserção profissional, enquanto Assistente Social, no processo de implantação de VPR's, no Semiárido Nordestino, no que diz respeito ao acompanhamento das ações de intervenções sociotécnicas e de articulações, junto aos atores sociais e institucionais envolvidos nesse processo, de modo a apresentar à discussão, o conjunto dessas ações desenvolvidas, sob a ótica da sustentabilidade e do desenvolvimento local, requeridos à melhoria da qualidade de vida daquelas famílias.

O objeto de estudo delimitado nessa pesquisa, foi a Vila Produtiva Rural -VPR Lafayette, na cidade de Monteiro, no estado da Paraíba, implantada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no âmbito do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), conhecido também como o Projeto da Transposição do Rio São Francisco.

A metodologia utilizada incluiu a utilização de pesquisa a fontes documentais; pesquisa de campo; e também a verificação de aportes teóricos pertinentes, em que se buscou constatar a percepção atual das famílias, quanto ao desenvolvimento sustentável na VPR supracitada, a partir da constatação de atributos socioeconômicos e ambientais oriundos da matriz de análise “FOFA” (*SWOT*), aplicada a eixos temáticos trabalhados por meio de grupos focais participativos, nos quais foram identificadas limitações e potencialidades, bem como as ameaças e as oportunidades por eles vislumbradas, no decorrer do processo de reassentamento, sendo consideradas as reivindicações e ações interventivas na expectativa da autossustentabilidade necessária àquela Comunidade.

## **1 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Na perspectiva, de que o desenvolvimento sustentável” transcende à sustentabilidade ambiental, para abraçar a sustentabilidade econômica e social, que enfatiza a adição de valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades” (BRASIL, 2021), a pesquisa buscou discutir diferentes percepções de autores que contribuíram para a leitura e a compreensão dessas categorias diferentes, mas entrelaçadas quanto às suas ocorrências na realidade do cenário analisado.

Dentre os referenciais teóricos, destacam-se a racionalidade ambiental e o saber ambiental trazidas por (LEFF, 2009); as transformações relacionadas às políticas públicas e/ou sociais do meio rural analisadas por (GEHLEN, 2004); a visão de desenvolvimento sustentável apresentada por (JATOBÁ, 2009); a dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local abordado por (JARA, 2001).

Importante destacar as contribuições teóricas de Amartya Sen (1999; 2010) ao enfatizar que análises isoladas da pobreza, da fome, da justiça, da desigualdade social e da liberdade não poderiam gerar um desenvolvimento tangível, salvo, fossem resultantes de análise integrada entre as esferas econômica, social e política, o que permitiria uma abordagem mais ampla do que àquela fragmentada, somente no mero crescimento de produto e renda. Afirma Sen: “o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, tem de estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades” (2010,p.30).

A partir disso, pode-se refletir ou analisar sobre as dinâmicas sociais, as relações socioeconômicas, os posicionamentos e/ou as reflexões dos reassentados sobre o seu processo de transferência para um outro território, que, seja ele próximo ou distante, constitui-se numa tarefa bastante difícil, haja vista as várias nuances envolvidas, os descontentamentos, as resistências e os conflitos provocados por uma mudança compulsória, pois observa-se que embora seja fundamental conhecer e medir as ações implementadas pelo empreendedor, com vistas à minimização e/ou compensação de impactos, há vários outros fatores que, positivamente ou negativamente, impactaram na percepção do beneficiário e na sua reprodução social e econômica dentro do reassentamento.

Nesse processo, a participação dos atores sociais faz-se fundamental para a construção do desenvolvimento sob uma ótica sustentável, como preconizado em CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>44</sup> que enfatiza a existência de uma responsabilidade ampla e comum entre o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, como fatores essenciais à autossustentabilidade local, embora seja certo que o processo de formação de novos assentamentos é uma tarefa complexa, que necessita de cuidados em cada etapa de execução, para que sejam evitados possíveis conflitos entre os atores envolvidos (SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018).

Analogamente, ao defendido por (JATOBÁ, 2009), pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável se refere a um processo no qual as políticas econômicas, comerciais, energéticas, agrícolas e industriais são organizadas para produção de um desenvolvimento eficaz, mas que considera o planejamento gerencial dos recursos naturais, para não prejudicar as futuras gerações. Logo:

*[...] desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras. [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (CMMAD, 1991, p.20).*

Nos tempos atuais, diante de tantos desequilíbrios ambientais, com recursos naturais cada vez mais escassos, esse conceito de desenvolvimento sustentável remete em todas as áreas, à

---

<sup>44</sup> Para aprofundar ver Nosso Futuro Comum - 2. ed.. - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

importância de três princípios básicos para a sua efetivação: os princípios econômicos, ambientais e sociais. Destarte, a sociedade carece cada vez mais da promoção de ações que ofereçam essa sustentação para o crescimento econômico, a preservação ambiental, e com a requerida redução dos impactos, gerados pelas desigualdades sociais. Essa realidade também se verifica em outros assentamentos e reassentamentos implantados pelo poder público, os quais apresentam problemas gerais e comuns a essa seara, e que ficou evidenciada numa análise contemporânea de Silva (2015), quando estudou uma outra Vila Produtiva Rural, nesse mesmo projeto, e concluiu:

[...] Embora tenha apresentado a participação social como significativa à mudança na vida das famílias reassentadas naquela VPR, quanto à melhoria da sua qualidade de vida nas dimensões sociais, ambientais e até mesmo econômica, outros estudos devem ser conduzidos, em momentos adiante à conclusão do próprio Projeto da Transposição, mais aprofundados na busca pela sustentabilidade ambiental, tendo em vista que o “viés produtivo” necessita ser problematizado, para que aquelas famílias saiam do ciclo vicioso dos programas sociais, importantes, bem na verdade, mas enquanto temporários [...] (SILVA, 2015, p. 112).

Segundo Norder (1997), esses reassentamentos são projetos criados para resolver situações de conflitos localizados e que não atenuam as situações de pobreza, como preconizam em seus planejamentos iniciais, devido principalmente à descontinuidade das suas ações.

Consequentemente, a própria sociedade local precisa se organizar de modo a desenvolver ações participativas em prol de suas aspirações, como afirma Pinto (2004):

(...) É na base dos movimentos sociais que são construídos novos espaços de participação organizados por novas práticas que se colocam entre o público e o privado como espaços institucionalizados de consulta, debate, expressão e deliberação sobre questões fundamentais para a sociedade, onde os sujeitos podem expressar suas necessidades e aspirações, potencializando a ação participativa e buscando a ampla democratização do Estado (PINTO, 2004, p.60).

Surge, da necessidade participativa, a autonomia do sujeito, em que a percepção do crescimento dessa autonomia é verificada por meio da ampliação das capacidades, oportunidades e recursos, intelectuais e materiais, nos diferentes atores sociais, envolvidos na viabilização do modo de vida no Semiárido brasileiro; um mosaico dinâmico, complexo e multidimensional.

Nesse processo, ocupam diferentes posições na condição de sujeitos nos processos de mudanças sociais, à medida em que se expressam na capacidade de interpretar e transformar a realidade, mediante a apropriação de instrumentos que lhes possibilitam “protagonizar a construção de sua história” (CONTI; SCHROEDER, 2013).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo MINAYO (1999, p.23) pesquisa é “a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade [...] um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Com esse conceito, o método utilizado para desenvolver esse estudo será o crítico dialético de Marx, pois se compreende que a abordagem dialética “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 2001, p.24).

Conseqüentemente, esse método apresenta-se relevante para o desenvolvimento desse estudo, uma vez que, ao longo do processo de construção das Vilas Produtivas Rurais, objeto de estudo desta pesquisa, foram consideradas diversas questões a serem observadas e aprofundadas, dadas suas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, dentre outras geradoras de conflitos e interesses por parte dos atores sociais e institucionais envolvidos.

As estratégias qualitativas utilizadas são: pesquisa bibliográfica acerca do desenvolvimento sustentável, participação social, associativismo, dentre outros. Assim como, utilizou-se da pesquisa a documentos institucionais, a aportes teóricos, a fontes documentais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e junto à Empresa responsável pela acompanhamento aos Programas Básicos Ambientais no Projeto de Integração do rio São Francisco, facilitado pelo fato da pesquisadora fazer parte da equipe técnica responsável pelo acompanhamento ao Programa de Reassentamento das Populações (PBA-08), no qual as VPR's se inserem. Além de ter contato direto com o público alvo da pesquisa, e acesso aos relatórios técnicos de acompanhamento e intervenções, atas e demais fontes de acervos do projeto.

Dentre essa base documental, destacam-se o Plano de Reassentamento das famílias atingidas pelas obras do PISF, o qual teve como referencial as sugestões propostas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003, em que visando atender os objetivos, diretrizes e critérios definidos no Programa de Reassentamento das Populações foram elaborados planos específicos, considerando os Eixos de Obras (Leste e Norte) e os Estados atingidos (Plano de Reassentamento, 2005).

O envolvimento da pesquisadora com os grupos trabalhados ocorreu por meio de pesquisa de campo, participativa, com a aplicação de entrevistas, junto aos principais atores sociais e institucionais diretamente envolvidos no processo, estratégia qualitativa que permitiu o levantamento de dados.

Por sua importância, Carvalho (2016) discute que a entrevista deve ser vista como um dos principais métodos para aferição e apreensão de experiências e dos resultados obtidos, dentro da lógica de compreensão e interpretação dos atores envolvidos na dinâmica do processo, prima por evidenciar o ponto de vista dos sujeitos ouvidos na pesquisa, de forma a permitir que suas perspectivas e posições sejam consideradas e afirmadas.

Nessa premissa, foram realizadas entrevistas narrativas, numa perspectiva de abordagem selecionando atores diretamente envolvidos no processo, com conhecimento das circunstâncias que envolvem o objeto estudado e com disponibilidade para participar da pesquisa. Salienta-se que, considerando essa perspectiva, as entrevistas foram realizadas nas áreas em que esses representantes se inserem/atuam, a fim de garantir a participação efetiva dos envolvidos e não comprometer os resultados desejados.

Sobre a importância da “participação” dos atores sociais, envolvidos nesse processo, Silva (2009) defende como fator determinante à legitimação desse processo, o uso da metodologia participativa que melhor se adegue às características da comunidade estudada. Com esse intuito, foram realizadas oficinas de discussões participativas, a partir do trabalho com “Grupos Focais”<sup>45</sup>, formado por beneficiários da VPR Lafayette, nas quais, objetivou-se inferir maior aprofundamento nas informações consideradas relevantes para a análise das questões abordadas na pesquisa, conforme apresentado no QUADRO 01, abaixo.

---

<sup>45</sup> Um grupo focal (GF) é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas, fornecendo aos gerentes de projetos ou instituições uma grande riqueza de informações qualitativas sobre o desempenho de atividades desenvolvidas, prestação de serviços, novos produtos ou outras questões. O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão (Gomes; Barbosa, 1999).

**Quadro 01 – Número de Famílias reassentadas na VPR Lafayette e o número de Representantes nos Grupos Focais**

EIXO	VPR	Município	UF	Total de Famílias Reassentadas	Representantes nos Grupos Focais
LESTE	Lafayette	Monteiro	PB	61	12

Fonte: BRASIL 2021, adaptada pela autora.

Nessas oficinas foram utilizadas metodologias participativas, durante as quais trabalhadas a construção da Linha de tempo<sup>46</sup> e da Matriz SWOT<sup>47</sup>, com abordagens direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável versadas nas seguintes temáticas: produção e renda; infraestrutura; meio ambiente; participação e associativismo; desenvolvimento social (educação, saúde e assistência social), questões consideradas como potencializadoras dos avanços e sustentabilidade da comunidade.

### **3 A IMPLEMENTAÇÃO DO PISF – O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL**

Na região semiárida do Nordeste as secas sempre se constituíram uma grande ameaça à sua população, assombrando por séculos a vida do povo sertanejo. Logo, os impactos advindos dos longos períodos de estiagem continuam até hoje representando crises econômicas e sociais que se ampliam e se perpetuam pela incipiência das políticas públicas implementadas e pela falta de gestões administrativas eficientes.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a seca é um dos fenômenos naturais de maior ocorrência no mundo e embora se constitua um fenômeno natural, é agudizada pela ausência de políticas públicas eficazes, conseqüentemente, favorecendo a construção de desastres sociais e ambientais e a culminância de um cenário de descaso para com uma região historicamente

---

<sup>46</sup> Metodologia que busca resgatar fatos e processos históricos que colaboraram para a construção de um diagnóstico e avaliação de processo socioambiental ao longo do tempo referente a um determinado grupo, entidade e processo socioambiental.

<sup>47</sup> A matriz S.W.O.T (*Strenghts* – Forças; *Weaknesses* – Fraquezas; *Opportunities* – Oportunidades e *Threats* – Ameaças) é uma ferramenta estratégica que permite analisar o ambiente em que uma organização está inserida, considerando os fatores internos e externos que influenciam suas rotinas, seja de forma direta ou indireta. O objetivo principal da S.W.O.T. é auxiliar a organização nos processos de tomada de decisão, a partir da definição das suas forças e fraquezas (variáveis internas), oportunidades e ameaças (variáveis externas).

desprezada, cuja a miséria, retratada por Euclides da Cunha, se eterniza nos “Sertões<sup>48</sup>” da desigualdade, da injustiça social e das concentrações de terras, preconizada por um discurso determinístico, preconceituoso e incoerente com a sua real realidade.

Dados da (SUDENE, 2020), ratificam a ideia acima ao retratar que cerca de 26,62 milhões de brasileiros vivem na região do Semiárido, ocupando aproximadamente um quinto do território nacional, o qual é abrangido por 1.262 municípios, situados nos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, conforme critérios de delimitação aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e o de nº 115 de 23/11/2017.

A região semiárida do Nordeste é composta por uma área total de 700 mil km<sup>2</sup>, na qual vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, dentre os quais “quatro milhões de camponeses sem terra, marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa” (SILVA, 2017, p.66).

Nesse cenário, (SILVA, 2017, p.66), acrescenta que a região semiárida do Nordeste é composta por uma área total de 700 mil km<sup>2</sup>, na qual vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, dentre os quais “quatro milhões de camponeses sem terra, marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa”.

Conseqüentemente, a discussão sobre a seca e as possíveis estratégias de combatê-las sempre pautaram os discursos políticos e reflexões sobre a necessidade de adoção de medidas de combate ou convivência. Embora, em sua maioria, intervenções paliativas, advindas, sobretudo, nos períodos de longas estiagens, que pouco contribuíram para a minimização de um quadro permeado por contradições, desigualdades e exploração, exacerbando as mazelas sociais existentes na região, tais como, a fome, a miséria, o descaso e a falta de ações estruturantes, com capacidade de reverter as desigualdades sociais existentes ao longo de todos esses anos. Pois, embora se saiba que a seca não é a geradora dos problemas sociais existentes nessa região, ela contribui para a intensificação desses problemas (SILVA, 2017)

---

<sup>48</sup> “Os **Sertões**” é uma das obras mais emblemáticas do escritor pré-modernista **Euclides da Cunha** (1866-1909), publicada em 1902. A **obra** regionalista narra os acontecimentos da sangrenta Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro (1830-1897), que ocorreu no Interior da Bahia, durante 1896 e 1897.

Destarte, é nesse cenário de miséria e crise hídrica que foi implementado o Projeto de Integração do São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), mais conhecido como o “Projeto da Transposição do São Francisco”.

Assim, objetivando assegurar a oferta de água para uma população que há décadas sofre com a sua escassez em virtude das irregularidades das chuvas, o projeto propõe-se a levar água para 12 (doze) milhões de pessoas em 390 (trezentos e noventa) municípios do semiárido brasileiro, no intuito de mudar o cenário e enredo da região.

Dessa forma, apresenta-se como uma importante proposta de redução dos impactos da seca de uma parte do Semiárido Nordestino, destacadamente nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (BRASIL, 2021). Além de oferecer abastecimento de água para consumo humano e dessedentação animal.

O PISF objetiva ainda, a regularização dos açudes (sinergia hídrica), sendo considerada atualmente a maior obra de infraestrutura hídrica para usos múltiplos em execução no país. Enfatiza-se, porém, que o PISF não se destina apenas a região semiárida dos quatro estados acima destacados, pois seu arcabouço envolve a construção de importantes ramais que alimentarão outras regiões necessitadas de água, como é o caso do Ramal do Agreste, o qual é integrado ao Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que possui um sistema adutor que irá beneficiar uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes de 71 cidades de Pernambuco, garantindo oferta hídrica para a Região do Agreste de Pernambuco (BRASIL, 2021).

Outra obra complementar ao PISF é o Cinturão das Águas, que, executada pelo Governo do Estado do Ceará em parceria com o Governo Federal, que é considerada vital para levar a água da Transposição do Rio São Francisco até o Açude Castanhão, responsável pelo abastecimento da cidade de Fortaleza e demais municípios da sua Região Metropolitana, a qual atualmente vive em déficit hídrico, em virtude do seu principal reservatório de abastecimento dispor de apenas 3,69% de sua capacidade máxima.

Além do Ramal do Agreste e do Cinturão das Águas, há outros ramais propostos, os quais embora não tenham sido iniciados, são considerados importantes para o abastecimento humano das populações que residem dentro da linha de extensão do projeto, como é o caso do Ramal

do Apodi, mais uma obra complementar do PISF, com previsão de distribuição de água para a população do Rio Grande do Norte, que através do Eixo Norte do PISF, abastecerá 54 municípios das regiões do Médio e Alto Oeste deste estado, incluindo sua segunda maior cidade, Mossoró.

Nessa conjuntura, mesmo considerando a importância do PISF para a região, é importante compreender a ocorrência dos impactos e conflitos por ele deixados, uma vez que compreender as transformações locais ocasionadas pelo seu desenvolvimento é a forma mais próxima de se buscar e criar medidas que mitiguem os seus efeitos e compensem a população residentes nas áreas de abrangência da obra.

Enfatiza-se que são considerados impactos socioambientais as modificações sofridas pelo meio ambiente, ocasionadas por determinadas ações ou atividades, provocando alterações na qualidade de vida e na saúde da população direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, bem como na economia e na cultura da região, dentre outros. Em virtude disso, é imprescindível a avaliação dos possíveis impactos à biodiversidade e às comunidades nas áreas de implantação de grandes obras.

Nesse contexto, 2.144 (duas mil centos e quarenta e quatro) famílias que foram desapropriadas pela obra, das quais muitas tiveram que deixar suas comunidades de origem, a fim do desenvolvimento do projeto. Enfatiza-se que a ação de desapropriação representou não apenas a indenização das terras e benfeitorias para a execução de um empreendimento, mas sobretudo a necessidade de mudanças para aquelas famílias que residiam e sobreviviam nas áreas decretadas como de interesse da União.

Buscando ajustes e a minimização dos impactos que seriam originados com a execução projeto, elabora-se o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF, que é constituído por 38 Programas Ambientais e 64 condicionantes, constantes na Licença de Instalação do projeto – LI nº 438/2007. Tais programas foram organizados em 04 grandes grupos: Programas de Gestão; Programas do Meio Biótico; Programas do Meio Físico e Programas do Meio Antrópico.

Esses, além da proposta de minimizar e compensar possíveis impactos negativos, propõe-se também a potencializar e fortalecer os benefícios sociais e ambientais do Empreendimento, em que convém ressaltar que as ações neles previstas foram sistematicamente vistoriadas e

monitoradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA<sup>49</sup>), órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento.

### 3.1 OS PROGRAMAS BÁSICOS AMBIENTAIS DO PISF

Estudos realizados sobre a implementação dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil indicam várias deficiências no seu processo de planejamento, sobretudo no que se refere a sua viabilidade ambiental, estratégias de integração, perspectivas de sustentabilidade e participação efetiva da sociedade civil na discussão e acompanhamento nas etapas de execução e operação.

Segundo (SOUZA; POMPERMAYER, 2016), os projetos de infraestrutura no país nas últimas décadas, sobretudo na passagem da década de 2000 para 2010, alcançaram grandes taxas de investimento, porém, estudos apontaram as dificuldades na execução desses investimentos em virtude de diversos fatores de ordem institucional que impactam no cronograma e no orçamento da execução das grandes obras, dentre elas: a qualidade dos projetos de engenharia, a coordenação governamental, o licenciamento ambiental, a atuação dos órgãos de controle e a participação da sociedade civil.

Um dos grandes avanços que não pode ser desconsiderado foi a obrigatoriedade em se construir com responsabilidade, sobretudo, com compromissos e cuidados com o meio ambiente, uma vez que a proteção ao meio ambiente se tornou uma garantia constitucional, a partir da Constituição Federal de 1988, gerando a necessidade de uma maior regulamentação nas questões ambientais, ficando legalmente determinado que qualquer obra ou empreendimento que possa provocar degradação ao meio ambiente emita Licença Ambiental.

Desta forma, todo grande empreendimento precisa instituir seu Plano Básico Ambiental (PBA), sendo este documento o que estipula todas as ações e programas de gerenciamento relacionados às questões ambientais de uma obra, passando assim a ser a condicionante para a liberações da licença de instalação de todo e qualquer grande empreendimento. Enfatiza-se que o

---

<sup>49</sup> Para realizar o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas, a CGU estabeleceu interação do projeto com vários órgãos do governo, ampliando o próprio alcance do PISF. Além de contatos com os órgãos de controle nos estados, foram estabelecidas ações conjuntas com o MMA (revitalização e licença), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Nacional do Índio (Funai) (áreas indígenas), Ministério dos Transportes (rodovias federais), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (assentamentos agrários), assim como a articulação dentro do próprio MIN, por meio da CODEVASF (revitalização) e do DNOCS (desapropriação de áreas).

descumprimento das ações previstas nos Programas Básicos Ambientais, significa a paralisação ou o impedimento de funcionamento do empreendimento.

De acordo com a Consultoria Ecosis Soluções Ambientais<sup>50</sup>: “O PBA deve garantir o cumprimento de todas as condicionantes ambientais impostas ao empreendimento/atividade, seja através da licença prévia ou legislação vigente. Garantindo este cumprimento, o empreendedor garante a continuidade do seu processo de licenciamento, eliminando ainda, possíveis penalidades aplicadas pelos órgãos fiscalizadores. Este conjunto de programas, com suas respectivas medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias, é abrangente e certamente garantirá que todos os impactos diretos e indiretos do empreendimento sejam de alguma forma preventivamente atacados, mitigados e/ou compensados”.

Nos PBA's são apresentados e detalhados os programas socioambientais propostos nos estudos ambientais realizados na fase de licença prévia, e pelo atendimento e/ou encaminhamento das demais exigências e recomendações do órgão ambiental fixadas na Licença Ambiental Prévia – LP. Além disso, tem por objetivo informar detalhadamente as medidas mitigadoras e compensatórias a serem implementadas, conforme definido nos estudos ambientais, organizando-as em programas socioambientais (subprogramas);

Neste contexto, o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do PISF contemplou um diagnóstico ambiental do empreendimento e propôs, em sua estrutura, uma série de medidas, planos e programas mitigadores e compensatórios, dos impactos ambientais quantificados pelo IBAMA e qualificados na fase de licenciamento prévio do empreendimento. Estas medidas, planos e programas mitigadores e compensatórios foram organizados em 38 (trinta e oito) planos e programas ambientais, FIGURA 01, os quais compuseram o seu Projeto Básico Ambiental (PBA).

Esses programas tiveram a proposta de minimizar e compensar possíveis impactos negativos gerados pela execução do projeto, propondo-se também a potencializar e fortalecer os benefícios sociais e ambientais do Empreendimento e, segundo o governo federal, as ações

---

<sup>50</sup> Plano Básico Ambiental. Ecosis Soluções Ambientais. Disponível em: <https://ecosis.com/consultoria-ambiental/plano-basico-ambiental/>. Acessado em 20/07/2021.

previstas nos Programas Básicos ambientais do PISF foram aprovadas e são sistematicamente vistoriadas e monitoradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento.

### 3.2 O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES (PBA-08)

O Programa de Reassentamento das Populações é um dos 38 programas que compõem o Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esse Programa tem como objetivo o reassentamento das famílias afetadas pela execução do projeto, a fim de que estas pudessem dispor de uma nova base produtiva capaz proporcionar-lhes condições que permitam suas inter-relações sociais e econômicas.

Dessa forma, o Programa visa possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias reassentadas por meio da implantação de ações que contemplam a infraestrutura básica e de apoio à sua reprodução social e econômica.

Assim, para superar e/ou minimizar os impactos socioeconômicos e culturais ocasionados às famílias residentes na faixa de obras do projeto foram implantadas Vilas Produtivas Rurais, as quais localizam-se próximas ao canal do PISF, sendo estas compostas por setores residenciais e produtivos individuais, distribuídos de forma a ser manter as relações de parentesco e vizinhança entre os indivíduos, visto que:

A necessidade de deslocamento compulsório dessa população impôs a adoção de uma estratégia de reassentamento adequada às suas características socioeconômicas e culturais, além da garantia de condições e perspectivas melhores do que as que possuíam antes do deslocamento, no que se refere a habitação, organização social, condições ambientais e organização econômica (BRASIL, 2016).

O Programa de Reassentamento das Populações teve como objetivo o reassentamento das famílias afetadas pelo empreendimento em uma nova base produtiva, no intuito de permitir o desenvolvimento social e econômico das famílias reassentadas.

Para atender aos objetivos, diretrizes gerais e critérios definidos no Programa de Reassentamento das Populações foi elaborado o Plano de Reassentamento<sup>51</sup> tendo como base

---

<sup>51</sup> Plano de Reassentamento de Populações. Relatório Geral. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005.

as conclusões e sugestões apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003.

O Plano de Reassentamento das Populações residentes na faixa de obras do PISF, foi concebido como um instrumento de orientação do processo de deslocamento de grupos populacionais (BRASIL, 2005).

Visando minimizar os efeitos negativos advindos do processo de relocação das famílias do seu espaço territorial para uma outra estrutura, permitindo à população uma nova base produtiva com capacidade para garantir melhores condições de vida no que se refere a habitação, organização social, organização ambiental e organização econômica.

Assim, tendo por base a conclusão dos levantamentos de dados do campo, foi posto em execução o Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08), o qual, objetivou ordenar a transferência e o reassentamento das famílias cujas propriedades foram interceptadas pelas obras de implantação do PISF.

Desse modo, foram reassentadas 848 (oitocentos e quarenta e oito) famílias em 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais (VPR's), construídas ao longo da faixa de 2,5 km, a partir de cada uma das margens dos canais, como forma de potencializar as atividades produtivas a serem desenvolvidas pela população reassentada.

Os critérios definitivos para elegibilidade dos beneficiários do PBA-08 foram definidos a partir da identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, as quais foram classificadas em: (i) proprietárias, (ii) não proprietárias de terras com benfeitorias e (iii) não proprietárias de terras sem benfeitorias, sendo consideradas nessas categorias como elegíveis ao PBA-08 (BORGES, 2012).

### 3.3 AS VILAS PRODUTIVAS RURAIS DO PISF

As Vilas Produtivas Rurais (VPR's) foram projetadas para o reassentamento das famílias residentes nas áreas diretamente afetadas pelas obras nos Trechos I e II (Eixo Norte) e Trecho V (Eixo Leste) do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - PISF. Assim, para o atendimento dessa demanda foram implantadas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, as quais estão localizadas nos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, nos municípios cortados pelo projeto, conforme apresentado no QUADRO 02, abaixo:

**Quadro 02: Quadro Resumo com informações básicas sobre as VPR's.**

EIXO	VPR	Município	UF	Casas	Lotes Agrícolas	Total de Famílias Reasentadas	Área Total (ha)	
NORTE	Captação	Cabrobó	PE	11	17	17	283,64	
	Baixio dos Grandes			55	83	83	674,87	
	Negreiros	Salgueiro		26	26	26	597,84	
	Uri			45	45	45	874,78	
	Queimada Grande			25	25	25	462,53	
	Malícia			20	20	20	276,83	
	Pilões	Verdejante		25	25	25	384,68	
	Retiro	Penaforte		CE	30	30	30	193,4446
	Ipê	Jati			10	10	10	213,4615
	Vassouras	Brejo Santo			145	145	145	964,6542
	Descanso	Mauriti			80	80	80	415,1326
	Cacaré	S. J. de Piranhas		PB	120	120	120	1158,8028
	Irapuá I				30	30	30	256,00
	Irapuá II				20	20	20	304,00
Quixeramobim	47		47		47	533,3271		
Bartolomeu	Cajazeiras	24	24	24	192,9174			
LESTE	Salão	Sertânia	PE	40	40	40	621,8012	
	Lafayette	Monteiro	PB	61	61	61	886,6972	
<b>TOTAL</b>				<b>814</b>	<b>848</b>	<b>848</b>	<b>7786,9102</b>	

Fonte: BRASIL,2017, adaptado pela autora.

Essas VPR's são compostas por setores residenciais e produtivos, sendo o setor residencial constituído por casas, com infraestrutura de saneamento básico, estruturas comunitárias e acessibilidade a pessoas com necessidades especiais. Já o setor produtivo contempla a

demarcação e implantação de lotes produtivos irrigados e sequeiros, construção de cercas do perímetro externo das vilas, vias de acesso, entre outros.

Vale ressaltar que as famílias classificadas como residentes na faixa de obras, que fizeram opção pelo reassentamento rural, foram beneficiadas com casas e lotes agrícolas. Porém, conforme previa o Plano de Reassentamento (2005), em casos excepcionais, as famílias não residentes que desenvolviam atividades produtivas na área foram beneficiadas apenas com lotes residenciais e agrícolas, conforme apresentado no QUADRO 03 abaixo.

**Quadro 03: Família não residente na faixa de obras do PISF elegível ao PBA-08**

Eixo	Trecho	Município	UF	Vila Produtiva Rural	Lotes Residenciais sem casas + Lotes Agrícolas
NORTE	I	Cabrobó	PE	Captação	06
				Baixio dos Grandes	28
<b>Total</b>					<b>34</b>

Fonte: BRASIL 2017, adaptado pela autora.

O dimensionamento dos lotes produtivos de sequeiro<sup>52</sup> ocorreu de acordo com a disponibilidade de área existente em cada VPR, garantindo-se, no entanto, o mínimo 05 (cinco) hectares por beneficiário, sendo 01 (um) hectare equipado com sistema de irrigação. Nesta perspectiva o projeto postula que:

A área com irrigação permitirá às famílias reassentadas produção durante todo o ano, tendo em vista a disponibilização hídrica do projeto e a excelente condição climática da região para produção irrigada. Como os lotes irrigados são contíguos, os beneficiários poderão desenvolver atividades produtivas em grupo, otimizando com isso, a mão de obra, facilitando a aquisição de insumos e o escoamento da produção mediante o planejamento de cultivo em conjunto. (BRASIL, 2016<sup>53</sup>, p.01).

Desta forma, as Vilas Produtivas Rurais do PISF são formadas por um Núcleo Habitacional, composto por áreas comunitárias e lotes habitacionais que possuem 5.000,00 m<sup>2</sup> para cada família reassentada. Além disso, as vilas que possuem um número acima de 25 (vinte e cinco)

<sup>52</sup> A expressão sequeiro deriva-se da palavra seco e refere-se a uma plantação em solo firme. Assim a produção em sequeiro é uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde o nível de pluviosidade é baixo, mas que não impede a produção, sendo essa forma de agricultura bastante comum no semiárido nordestino entre os agricultores que realizam o aproveitamento da água da chuva para a produção. (Comitê da Bacia do Rio São Francisco. A agricultura de sequeiro, 2015. Disponível em:

<[https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura\\_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/](https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/)>. Acesso em 07/07/2021.

<sup>53</sup> Relatório de Acompanhamento Sistemático às famílias reassentadas. Ministério da Integração Nacional, 2016.

famílias beneficiárias receberam equipamentos públicos (escola e posto de saúde), estando a gestão e manutenção dos mesmos sob a responsabilidade da prefeitura local.

A infraestrutura comunitária das vilas conta com setor residencial, composto por posto de saúde, escola, prédio para sede da associação, quadra esportiva, campo de futebol, espaços destinados à instalação de templos religiosos e comércio, bem como setores produtivos.

Por sua vez, o Núcleo Produtivo é subdividido em Lotes Irrigados e Lotes de Sequeiros. Além disso, as VPR's contam com uma Área de Uso Sustentável destinada à instalação de infraestrutura coletiva de apoio a produção e de áreas protegidas pela legislação ambiental constituídas por Áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP).

Observa-se que a proposta de infraestrutura das VPR's segue um modelo padrão, ou seja, todas as vilas são compostas por lotes residências, área de expansão, lotes produtivos. Todavia, destaca-se que no que refere aos lotes de irrigação, embora estes já tenham sido demarcados e sorteados entre os beneficiários, o MDR ainda não realizou a sua entrega, uma vez que o sistema de irrigação se encontra em fase de licitação da empresa responsável pela execução do serviço.

Vale enfatizar que se trata de uma das ações mais esperadas pelos beneficiários do projeto, pois, conforme previsto no Plano de Reassentamento cada beneficiário receberá um lote irrigado, equipado e preparado para o desenvolvimento da produção irrigada.

### 3.4 A VILA PRODUTIVA RURAL LAFAYETTE

A Vila Produtiva Rural Lafayette fica localizada no município de Monteiro/PB e foi projetada para receber 61 (sessenta) famílias afetadas diretamente pelo empreendimento, as quais foram deslocadas da faixa de obra de construção do Eixo Leste, Trecho V do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF.

As famílias reassentadas nesta vila residiam originalmente nas comunidades rurais de Cipó, no município de Sertânia – PE e de Pau D' Arco, Engenho Velho, Extrema, Mulungu, São João,

no município de Monteiro – PB, além de algumas famílias que residiam na área urbana de cidade de Monteiro/PB.

A VPR Lafayette ocupa uma área total de 621,809 ha, sendo constituída pelos setores residencial, produtivo e áreas de preservação, conforme mostra o quadro abaixo.

**Quadro 04: Destinação da área da VPR Lafayette.**

Descrição da VPR Lafayette		Área (ha)
Setor Residencial		48,388
Setor Produtivo	Área Irrigável	62,133
	Área de Sequeiro	257,179
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente - APP	41,686
	Área de Reserva Legal - ARL	129,656
Área de Uso Sustentável (Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva).		43,777
Hidrografia/massa d'água		24,694
Estrada Interna		14,296
<b>Total (ha)</b>		<b>621,809</b>

Fonte: Brasil, 2021, adaptada pela autora.

Conforme pode-se observar acima, o setor residencial ocupa uma área de 48,388 ha, sendo composto por 61 (sessenta e um) lotes residenciais, com 60 (sessenta) casas construídas pelo projeto, considerando que um dos beneficiários era morador da área adquirida para a implantação da vila e solicitou permanecer na mesma casa em que ocupava anteriormente.

Além disso, o setor residencial conta com 01 (uma) escola, 01 (um) posto de saúde, 01 (um) prédio da associação comunitária e áreas de lazer com campo de futebol, quadra poliesportiva, praça de convivência e área de expansão para residências e comércio/institucional.

Enfatiza-se dessas famílias reassentadas, 12 (doze) foram cadastradas no projeto com a classificação de Proprietário Residente no Local (PRL), 22 (vinte e duas) como Moradores Com Benfeitoria (MCB) e 27 (vinte e sete) como Moradores Sem Benfeitoria (MSB), conforme apresentado no quadro a seguir:

#### **Quadro 05: Cadastro de beneficiários da VPR Lafayette.**

<b>Classificação cadastral dos Beneficiários da VPR Lafayette</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Proprietário Residente no Local – PRL	12	20%
Morador com Benfeitoria – MCB	22	36%
Morador sem Benfeitoria – MSB	27	44%

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela autora.

A partir do quadro acima é possível observar que a maioria das famílias reassentadas na VPR Lafayette (44,26%), apesar de residirem na faixa de obra de construção do projeto, não eram proprietárias nem detinham a posse da terra em que moravam.

Como produtores da agricultura familiar, essas famílias exerciam na área desapropriada atividades agrícolas de sequeiro e criação de pequenos, médios e grandes animais, como suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, além de bovinocultura.

Destaca-se que, apesar do percentual de beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias ser representativo, a maioria das iniciativas identificadas são de subsistência, caracterizadas por pequenas áreas de plantio e pequenos criatórios.

Em relação à agricultura, verificou-se que a maioria dos beneficiários da VPR Lafayette que desenvolvem alguma atividade agrícola utilizam-se exclusivamente do Setor Residencial em virtude dessas áreas, além de serem próximas às residências, necessitarem de menor investimento em infraestrutura e ser possível o aproveitamento dos recursos hídricos do sistema de abastecimento de água disponibilizado para o consumo humano.

Em relação à pecuária, observou-se que 69% dos beneficiários da VPR Lafayette desenvolvem alguma atividade de pecuária, porém a maior parte dessa atividade também é realizada dentro da área do lote residencial.

Salienta-se que as estruturas utilizadas na produção pecuária da VPR, tanto no setor residencial como no produtivo, são rústicas, compostas por cercados de arame farpado e de faxina (conjunto de varas utilizado para compor cercas que delimitam áreas de criação de animais).

Ainda, conforme o supramencionado diagnóstico, o número total de animais da VPR Lafayette é de 1.471, sendo que 45% são aves, 28% são caprinos, 17% peixes, 4% bovinos, 5% ovinos e 1% suínos.

Conforme os diversos relatórios de registro de acompanhamento social realizado junto às famílias reassentadas, dentre eles o Diagnóstico Socioproductivo, elaborado em junho de 2019, observa-se que 66% das famílias da VPR Lafayette possuem uma renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos e 34% acima de 2 salários mínimos. Neste contexto, ressalta-se que 16% das famílias não possuem outra fonte de renda além da Verba de Manutenção Temporária – VTM.

Destaca-se que a maioria dos moradores da VPR Lafayette são beneficiários da Previdência Social e de programas governamentais, tais como Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença, Benefício de Prestação Continuada – BPC; Programas de Transferência de Renda, dentre outros.

A segunda maior fonte de renda dos beneficiários do Programa de Reassentamento em Lafayette são as atividades oriundas da agropecuária, seguida pela renda proveniente das atividades laborais informais, por último de atividades laborais formais (CLT e Estatutário/Servidor Público).

A Associação de Moradores da VPR Lafayette, denominada Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural VPR Lafayette, registrada no CNPJ sob o nº 23.670.015/0001-62, foi constituída em 19 de outubro de 2015. Sua estrutura organizacional é formada por Presidente, Vice-presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro e Conselho Fiscal.

Atualmente, a Associação está em atividade, com um quadro de associados formado por 84 (oitenta e quatro) moradores da Vila e caracteriza-se pela grande capacidade em articular parcerias e desenvolver projetos produtivos com apoio de diversas organizações governamentais e não governamentais.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As famílias reassentadas na VPR Lafayette foram transferidas para a área de reassentamento desde o ano de 2015, época em que iniciaram o seu processo de reprodução econômica, social,

cultural, etc. Nessa fase foram estimuladas a se organizarem enquanto comunidade, buscando a construção da sua autonomia e sustentabilidade.

Atualmente, residem na comunidade 74 (setenta e quatro) famílias, as quais, no mesmo ano em que foram reassentadas, organizaram-se em associação, constituindo em 19 de outubro de 2015 a Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural - VPR Lafayette.

A associação em questão é formada por 84 (oitenta e quatro) associados, sendo que destes, 45 (quarenta e cinco) são mulheres e 11 (onze) jovens, com idade de 15 a 29 anos, os quais desde sua fundação buscam, por meio da autogestão, do incentivo à participação social, da articulação de parcerias, a implementação de importantes ações para o desenvolvimento e sustentabilidade da comunidade, conforme pode ser observado quadro abaixo:

**Quadro 06: Resultado das ações e parcerias articuladas pela associação**

PARCERIAS ARTICULADAS	RESULTADOS OBTIDOS	EXPERIÊNCIAS EXITOSAS
Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades – PATAC	Assistência técnica e implantação de 02 (dois) poços com kit de irrigação, palmas forrageiras e posteriormente um SAF - Sistema Agroflorestal	Diversos lotes residenciais apresentam cultivos de fruteiras variadas, bem como o desenvolvimento da produção de milho e feijão nos períodos de chuva.
SEBRAE	Implantação de projetos de piscicultura, avicultura e energia solar.	85% dos lotes de sequeiro encontram-se cercados, apresentando atividades agropecuárias.
Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades- PATAC	Assistência técnica e Implantação de 02 (dois) poços, com kit de irrigação, palmas forrageiras e posteriormente um SAF - Sistema Agroflorestal.	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR	Apoio no processo organizativo, na elaboração e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.	Os moradores já estão com as suas documentações da terra regulamentada: DAP, INCRA e ITR.
DIACONIA e Projeto Dom Hélder Câmara	Assistência técnica para produção animal e vegetal.	A partir do Sistema Agroflorestal - SAF foram implantados, mudas de plantas frutíferas e nativas, sendo o resultado dessa ação considerado um verdadeiro sucesso pela comunidade e parceiros envolvidos (em um campo produtivo de palma em que foi implantado 6 mil raquetes da
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (campos Sumé, Patos, Rio Grande do Norte e João Pessoa).	Assistência técnica e apoio na produção de frango e ovos caipira, a partir da implantação do sistema alternativo de criação	
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri,	Projeto piloto envolvendo a implantação de um sistema agroflorestal. A atividade	

Seridó e Curimataú – PROCASE	conta com a participação de 08 famílias. Para isso foram distribuídos kits de irrigação e cata-ventos para implantação de 06 (seis) mil raquetes de palmas forrageiras.	espécie, a comunidade retirou mais de 50 mil).
Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER	Prestação de Assistência Técnica	A partir da SAF a comunidade hoje dispõe de uma área com os solos totalmente recuperados, com produção de capim açu, gliricídea, moringa, erva sal, frutíferas.
Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar – ARRIBAÇÃ	Apoio na produção do algodão agroecológico e na articulando para a inclusão dos produtores na ACEPAC - Associação de Certificação dos Produtores Agroecológicos do cariri Paraibano	Com a água do poço a comunidade cria peixe, produzidos em 02 (dois) tanques de 10 mil litros.
CAPRIBOM	Instalação de tanques de esfriamento de leite e comercialização do produto	A comunidade recebeu capacitação técnica sobre adubação, vermifugação, tudo de forma agroecológica.
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (campos Sumé, Patos, Rio Grande do Norte e João Pessoa).	Realização de aulas de danças, com incentivo à convivência Comunitária.	Há um grupo que hoje fornece para o PAA, desenvolvendo a produção das hortaliças e etc.
Prefeitura Municipal de Monteiro/PB	Apoio às ações de saúde, educação e assistência social para a comunidade, bem como apoio com máquinas para aração de áreas produtivas.	
Banco do Nordeste	Financiamento de Projetos produtivos para agricultura familiar, a partir das linhas de crédito do Pronaf	Foi feita uma intermediação junto à CAPROBOM – Cooperativa de Produtores de Monteiro e hoje existem dois tanques de leite, sendo um de 400 litros para cabra e outro de mil litros para leite de vaca e há 50 (cinquenta) produtores fornecendo leite não só da vila, mas da vizinhança.  Comunidade conseguiu junto à câmara a aprovação de projeto de implantação da “Academia da Cidade” na praça existente na vila.

Fonte: Informações resultantes dos trabalhos com grupos focais e entrevistas com lideranças e parceiros - VPR Lafayette, 2021

Conforme observado no quadro acima, foram diversas as ações e parcerias articuladas e implementadas dentro da VPR Lafayette, denotando um relevante nível organizacional e participativo da comunidade, a qual buscando reproduzir-se social e economicamente não

ficaram à mercê das ações implementadas pelo órgão empreendedor, ao contrário, foram mais além, articulando parceiros e promovendo ações para o desenvolvimento da vila.

Ademais, observa-se que a participação dos atores sociais se fez fundamental para a construção do desenvolvimento sob uma ótica sustentável, uma vez que é no embate entre o sujeito e a realidade que surgem as necessidades. Dentre elas, a necessidade de transformar a realidade em prol do bem comum, do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a autonomia dos sujeitos e a sua capacidade organizativa potencializam e dinamizam os espaços em que estes se encontram, fortalecendo os recursos materiais e imateriais existentes, quebrando arestas que fragilizam o meio em que se encontram, bem como gerando oportunidades e inibindo as ameaças que possam enfraquecê-los.

O trabalho de pesquisa junto às lideranças, moradores e parceiros da VPR Lafayette visou não apenas a realização de um simples levantamento de dados, mas também um momento para a realização de uma reflexão, onde os beneficiários diretamente envolvidos no projeto de reassentamento pudessem expressar suas percepções sobre o lugar em que se encontram, como percebem a realidade atual a partir da sua compreensão sobre o antes e o depois da transferência.

Nesse sentido, o trabalho com os grupos focais foi de grande relevância, pois por meio dele foi possível obter informações mais precisas sobre como os participantes entendem o processo de desenvolvimento da comunidade, que conceituação trazem sobre o desenvolvimento sustentável, qual a ideia que tem sobre a participação e associativismo, e a sua importância para a construção do desenvolvimento sustentável da comunidade em vive.

Conforme falado na metodologia, a discussão com o grupo se deu de forma participativa, visando o envolvimento dos representantes da comunidade que estavam presentes, os quais discutiram e apresentaram os resultados em cima dos seguintes eixos temáticos: participação e associativismo; produção e renda; meio ambiente; infraestrutura e desenvolvimento social (educação, saúde e assistência social).

O Quadros 6 seguir, apresenta os resultados das discussões realizadas de acordo com os 05 (cinco) eixos temáticos trabalhados junto aos grupos focais da VPR LAFAYETTE, a partir da matriz swot (FOFA):

**Quadro 07: Resultado da Matriz Swot VPR Lafayette.**

FATORES POSITIVOS		CONTEXTO EXTERNO
FORTALEZAS/POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	
CONTEXTO INTERNO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação ativa dos sócios nas reuniões mensais;</li> <li>2. Participação ativa da juventude;</li> <li>3. Pontualidade nas reuniões;</li> <li>4. As famílias associadas têm parentesco ou se conhecem, gerando confiança;</li> <li>5. Decisões no colegiado;</li> <li>6. Valorizações das festas regionais;</li> <li>7. Aquisição da certificação de produção orgânica (MAPA);</li> <li>8. Desenvolvimento de práticas agroflorestal, gerando uma maior conscientização sobre formas de produção não convencional na VPR</li> <li>9. Aquisição do equipamento de beneficiamento (descaroçamento) do algodão;</li> <li>10. Produção orgânica e agroecológica;</li> <li>11. Produção de artesanato;</li> <li>12. Criação diversificada de animais (caprinos, ovinos, suínos, bovinos, aves e peixe);</li> <li>13. Aquisição de usina de beneficiamento de leite (tanques de resfriamentos);</li> <li>14. Estruturas de armazenamento de água;</li> <li>15. Melhoria da qualidade de vida das famílias a partir do consumo e comercialização dos produtos agroecológicos;</li> <li>16. Facilidade no atendimento médico e no acesso à educação;</li> <li>17. Utilização dos equipamentos sociais construídos pelo PISF;</li> <li>18. Iluminação pública;</li> <li>19. Abastecimento d'água CAGEPA.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equipamentos sociais do PISF,</li> <li>2. Oficinas realizadas pelo PISF;</li> <li>3. Reuniões e parcerias com o STR;</li> <li>4. Aquisição da certificação de produção orgânica;</li> <li>5. Funcionamento da usina de leite implantada pela CAPRIBOM;</li> <li>6. Aquisição do equipamento de beneficiamento (descaroçamento) do algodão;</li> <li>7. Diversa Parcerias construídas (EMPAER, SEBRAE, PROCASE, ARIBAÇÃ, DOM HELDER, UFCG, UPEB, BNB, Prefeitura de Monteiro; PATAC, DIACONIA, ACEPAC, CAPRIBOM, INSTITUTO C&amp;A, FIDA, Revista Veja, Banco do Nordeste, Prefeitura Municipal de Monteiro, ACEPAC, UFCG e UEPB;</li> <li>8. Exportação de algodão agroecológico;</li> <li>9. Comercialização junto ao PAA e PENAE;</li> <li>10. Comercialização em feira agroecológica na cidade;</li> <li>11. Coleta semanal do lixo da VPR pela prefeitura;</li> <li>12. Capacitações técnicas oferecidas pelo PISF e UNIVASF;</li> <li>13. Disponibilização do transporte escolar pela prefeitura para transporte dos alunos até a cidade;</li> <li>14. Atendimento médico (clínico geral) e odontológico uma vez por mês;</li> <li>15. Distribuição de cestas básicas pela prefeitura durante o atraso no pagamento da VMT;</li> <li>16. Futura instalação de uma Faculdade Rural na comunidade.</li> </ol>
	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEAÇAS
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dificuldade de cultivo nos lotes produtivos pela distância entre a moradia e a área a ser cultivada;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Roubo de animais, arames e estacas;</li> <li>2. Vandalismo contra o parque de iluminação pública da VPR com a</li> </ol>

<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Custo do investimento para manutenção dos lotes produtivos (construção e reposição de estacas, arame, etc.);</li> <li>3. Uso de práticas agrícolas insustentáveis;</li> <li>4. Falta de interesse de algumas famílias pela prática da produção agroecológica;</li> <li>5. Falta de água para produção;</li> <li>6. Proibição do uso da água dos açudes;</li> <li>7. Falta de projetos pensados e elaborados pela associação;</li> <li>8. Poucas parcerias;</li> <li>9. Pouca adesão ao associativismo por parte de alguns moradores;</li> <li>10. Oficinas realizadas pelo PISF com pouca participação e fora do contexto do reassentamento;</li> <li>1. Oficinas realizadas pela UNIVASF com pouca participação.</li> <li>11. Impacto na saúde das famílias pelo uso de práticas agrícolas convencionais (queimadas e uso de agrotóxicos).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>destruição de lâmpadas e roubo de postes da praça;</li> <li>3. PANDEMIA</li> <li>4. Suspensão do CAR pelo IBAMA devido algumas famílias utilizarem a prática das queimadas nos lotes;</li> <li>5. Suspensão do financiamento pelo BNB;</li> <li>6. Roubo de cercas, arames, estacas, capim e animais;</li> <li>1. Punição por parte dos órgãos fiscalizadores que podem comprometer toda a comunidade.</li> </ol>	
<b>FATORES NEGATIVOS</b>		

Fonte: Grupo focal – VPR Lafayette, 2021

A discussão apresentada pelo grupo no que se refere a temática Participação e Associativismo, representa no seu contexto interno a visão da comunidade sobre a importância que esta dá para as questões subjetivas que fortalecem a participação social e o associativismo, tais como a pontualidade dos associados com os horários das reuniões; o respeito às decisões tomadas pelo colegiado; a relação de confiança que possuem entre si pelos laços de parentescos ou pelo fato de se conhecerem há anos, alguns antes mesmo do reassentamento; bem como a valorização dos eventos comemorativos promovidos pela associação; dentre outros aspectos fundamentais para a realização de boas práticas associativas.

A participação da juventude na associação também é algo apresentado como uma fortaleza pelo grupo participante. Tal reflexão pode ser considerada algo bastante relevante, considerando que culturalmente não é uma prática comum na região, seja pela falta de incentivo ou pelo fato dos jovens se manterem à margem de discussões importantes para o desenvolvimento das suas

comunidades. Outro destaque que mereceu atenção, foi o fato da associação da VPR ser constituída em sua maioria por mulheres, representando 54% dos membros associados.

Nesse aspecto, uma das questões observadas pelas lideranças da comunidade refere-se aos trabalhos desenvolvidos pela equipe social do PISF, a qual por meio de capacitações e oficinas, incentivou a participação e o envolvimento das famílias nas ações a serem desenvolvidas pela Associação de Moradores da VPR, estimulando as famílias, a fim de que, pelo menos, 01 (uma) pessoa de cada casa pudesse fazer parte da associação, embora se deixasse claro que a adesão à associação fosse uma escolha livre.

Como isso, algumas famílias investiram na representatividade e, podendo ser membro da associação não apenas o beneficiário titular do projeto, mais qualquer um dos membros do seu núcleo familiar interessado nesse trabalho. Com isso, atualmente a VPR Lafayette, apesar de contar com 74 (setenta e quatro) famílias residentes na área, é constituída por (oitenta e quatro) associados, evidenciando uma excelente participação comunitária.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, a própria comunidade, por meio do grupo focal, apresenta como “fraqueza/problema” a baixa adesão dos moradores às ações associativas e, por consequente, a baixa participação da comunidade nos cursos e oficinas de capacitação promovidas pelo PISF e Univasf. Denotando que sua preocupação vai além das questões quantitativas, uma vez que algumas famílias da VPR ainda não se integraram às ações associativas desenvolvidas pela comunidade e são, segundo os grupos participantes, justamente essas, aquelas que mais reclamam dos resultados ou desenvolvem críticas negativas aos trabalhos desenvolvidos dentro da vila.

Nesta reflexão, soma-se a tudo, o contexto atual, no qual a pandemia além de ser considerada uma ameaça é vista como inibidora da participação e da prática de ações associativistas, uma vez que limitou as oportunidades e inibiu o desenvolvimento das atividades do grupo, gerando dificuldades para as pessoas se organizarem e exercerem sua cidadania, impossibilitando-as de se reunir presencialmente.

Por outro lado, vale salientar, que passada as dificuldades iniciais, a comunidade tem buscado adaptar-se à nova realidade, realizando reuniões remotas, bem como se organizando para

obterem capacitações de parceiros<sup>54</sup> na modalidade de ensino à distância, conforme informações obtidas por representantes da vila.

Conforme dito anteriormente, a participação social e o protagonismo da comunidade tem sido vista como uma grande potencialidade e, de acordo com resultados das entrevistas com equipe técnica e parceiros, lideranças e associados, foi possível perceber o reconhecimento que todos têm sobre a importância da associação para o desenvolvimento da VPR. Dessa forma, evidenciam que as conquistas obtidas são frutos de um trabalho participativo e condizente com os anseios da comunidade, mais que isso, do seu envolvimento com os trabalhos que articulam e promovem.

Como resultado das discussões, o grupo focal propôs como estratégia para o desenvolvimento da participação e do associativismo, o compromisso de trabalhar o fortalecimento do associativismo como prática de sensibilização, envolvendo as famílias da vila, inclusive “aquelas que não são associadas, mas que exigem direitos da associação” (SIC).

No que se refere à vertente Produção e Renda, é importante contextualizar o fato de que, segundo Diagnóstico Socioprodutivo<sup>55</sup> elaborado pelo PISF para acompanhamento às famílias reassentadas da VPR Lafayette, 95% dos beneficiários da vila desenvolvem alguma atividade agropecuária na área, sendo que 28% desses beneficiários desenvolvem somente atividades agrícolas, 12% desenvolvem somente atividades de pecuária e 60% desenvolvem ambas as atividades.

Por outro lado, apesar do percentual de beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias ser representativo, a maioria das iniciativas identificadas são de subsistência, caracterizadas por pequenas áreas de plantio e pequenos criatórios.

Destaca-se que a maioria dos moradores da VPR Lafayette são beneficiários da Previdência Social e de programas governamentais, tais como Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença, Benefício de Prestação Continuada – BPC; Programas de Transferência de Renda, dentre

---

<sup>54</sup> O MDR/Univasf, iniciou recentemente um novo cronograma de capacitação na VPR Lafayette, objetivando capacitar as famílias reassentadas e inicialmente os trabalhos tem sido realizados de forma remota, até que possa ser agendadas as capacitações presenciais.

<sup>55</sup> Relatório de Acompanhamento Socioprodutivo. Elaborado em junho de 2019 pelo MDR/CMT

outros. Entretanto, a segunda maior fonte de renda dos beneficiários da VPR Lafayette é proveniente das atividades agropecuárias, seguida pela renda proveniente atividades laborais informais, por último de atividades laborais formais (CLT e Estatutário/Servidor Público).

Nessa análise, conforme verificado no resultado da discussão desenvolvida pelo grupo, são consideradas potencialidades/fortalezas as diversas conquistas obtidas ao longo da existência do reassentamento no que se refere a produção agrícola e pecuária, etc. e, dentre elas, o fato de desenvolverem técnicas agroecológicas e possuírem a certificação como produtores orgânicos.

O grupo apresentou como fraqueza/problema a falta de água para produção, bem como consideram que há falta de interesse de algumas famílias em participarem dos trabalhos associativos. Assim, observa-se que embora se faça uma crítica da realidade em vivem, a olhos vistos, é possível observar um forte protagonismo social dos atores sociais envolvidos, os quais, a despeito das conquistas atuais, consideram a importância da participação social como promotora do desenvolvimento sustentável.

Como “oportunidade”, enfatizaram as parcerias obtidas, a partir da articulação da associação, apresentando-as como relevantes aliadas para o processo de desenvolvimento sustentável da comunidade, merecendo destaque o fato de ser uma comunidade recém estabelecida (apenas 06 anos de formação) e possuir um leque de ações em desenvolvimento, indubitavelmente, frutos dos trabalhos de articulações desenvolvidos pela comunidade, representando um efetivo avanço para a geração de trabalho e renda dos pequenos agricultores que fazem parte da associação comunitária.

Por outro lado, apontaram como “ameaça”, além da pandemia, o fato de terem o seu Cadastro Ambiental Rural – CAR suspenso pelo Ibama, em virtude de o órgão ter identificado desmatamento indevido numa determinada área da VPR. Sobre essa questão, a situação está em processo de análise, aguardando um posicionamento do Ibama, partir das justificativas apresentadas pela associação, uma vez que tudo indica que o dano ambiental se deu antes da transferência das famílias à área.

Enfatiza-se que os roubos às cercas e produção agropecuária é uma realidade cada dia mais frequentes na região, dessa forma, os participantes apresentaram como uma ameaça, pois é uma ação inibidora do processo de produção, uma vez que muitos agricultores se sentem

desanimados por verem seus esforços subtraídos, os danos não ressarcidos e os ocasionadores da ação impunes, gerando prejuízos não apenas econômicos para a população local.

No que se refere à falta de água para a produção, conforme observado anteriormente, como desdobramento das discussões sobre produção e renda, o grupo focal apresentou algumas sugestões de ações que consideram relevantes para o desenvolvimento/fortalecimento dessa temática, a saber: receber os lotes irrigados a serem entregues pelo PISF; participar de intercâmbio entre as vilas para conhecimento de projetos e práticas e obter o apoio da patrulha rural para garantia da segurança dos produtores.

Em relação à temática Infraestrutura, observa-se que a comunidade considera os equipamentos públicos implantados pelo PISF como uma importante potencialidade, pois, de acordo com as discussões desenvolvidas pelos grupos, é uma “fortaleza” o fato de a comunidade ter aproveitado a infraestrutura dos equipamentos públicos existentes, utilizando-os em prol da produtividade. Nesse caso, é importante esclarecer que embora o prédio da escola não funcione como unidade escolar, em virtude de a demanda de alunos ser insuficiente para justificar o funcionamento da escola no local, a associação tem utilizado aquele espaço como apoio à produção.

Neste sentido, uma das salas foi adaptada, conforme normas e exigências sanitárias e, atualmente, no local funciona uma usina de resfriamento de leite, com dois tanques distintos, um para recebimento do leite de vaca e outro para o leite caprino. Salienta-se que a comunidade fornece esse produto para a Capribom<sup>56</sup>, a partir da produção desenvolvida pela comunidade e de outros produtores rurais residentes nas áreas de abrangência da associação, possibilitando melhoria na qualidade e escoamento do produto, bem como garantido a sua comercialização.

Numa outra sala, a associação implantou uma usina, na qual beneficia a produção de algodão orgânico desenvolvida na comunidade. Soma-se a esses resultados, a ideia das lideranças da associação que foram entrevistadas, as quais consideram como ação potencializadora do desenvolvimento sustentável, a capacidade da comunidade em: “realizar planejamento na área de infraestrutura, desenvolvendo estudos em prol do desenvolvimento e do aumento da

---

<sup>56</sup> CAPROBOM – Cooperativa de Produtores de Monteiro-PB.

produtividade, buscando apoio para arborização e reconstrução da praça pública e ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores”.

Como “problemas ou fraquezas”, o grupo considerou o fato dos lotes produtivos estarem distantes na área residencial e demandarem investimentos que consideram de custo alto de manutenção, uma vez que cada beneficiário dispõe de 03 (três) áreas distintas, fora o lote residencial, quais sejam: lote de sequeiro, lote de expansão e lote irrigado e que todos eles precisam ser internamente cercados pelos próprios beneficiários.

Neste contexto, considera-se importante lembrar que grande parte dos beneficiários concentram sua produção nos lotes residenciais justamente pela proximidade com as suas casas, bem como pela disponibilidade da infraestrutura hídrica, embora esteja ciente de que a água fornecida pela CAGEPA<sup>57</sup> é exclusivamente destinada ao abastecimento humano.

Com relação às oportunidades vistas pelo grupo, observou-se que este considera que algumas das suas fortalezas também podem ser vistas como oportunidades, o que faz sentido, considerando-se o fato de que foram ações implementadas por parceiros, mas captadas e bem aproveitadas pela comunidade, fortalecendo o desenvolvimento das suas atividades e garantindo melhor infraestrutura para a produção comunitária.

Como reflexões resultantes das discussões realizadas, o grupo considerou a realização dos seguintes encaminhamentos: solicitar ao Poder Público Municipal as melhorias necessárias para um atendimento médico de qualidade na comunidade; a manutenção das estruturas sociais da vila; buscar apoio junto a parceiros públicos e privados no sentido de viabilizar e intensificar o processo de produção nos lotes, considerando as famílias em situações vulneráveis.

No que se refere à temática Meio Ambiente, observou-se que as discussões do grupo trazem elementos importantes sobre a questão ambiental dentro da comunidade e demonstram que a preocupação da comunidade sobre a realização de práticas que visam a preservação e manutenção do meio ambiente.

---

<sup>57</sup>CAGEPA - Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba.

Nesse sentido, foi possível perceber que as questões apresentadas na matriz *swot* do grupo focal de meio ambiente, embora fossem sucintas demonstraram uma total coerência entre a visão dos participantes do grupo e os resultados das entrevistas com as lideranças da associação, denotando a real percepção de que a comunidade tem sobre os contextos internos e externos que impactam de modo positivo ou negativamente a comunidade:

A associação busca desenvolver junto à comunidade projetos que respeite o bioma caatinga, visando o engajamento dos produtores em torno da conservação ambiental, buscando promover o equilíbrio entre as ações desenvolvidas pela comunidade e a preocupação com as áreas ambientais, tais como as áreas de preservação permanentes e as áreas de reservas legais existentes na vila (MARIA ERISONEIDE DA SILVA, Secretária da Associação da VPR, 2021).

Ademais, a partir de diálogos realizados junto a moradores e lideranças da vila, os mesmos externaram o desejo de implantar projetos que incentivem práticas de recuperação de áreas degradadas, trabalhando com rotação de culturas para melhor preservação dos nutrientes do solo, evitando queimadas e uso de defensivos químicos.

Como estratégia pensada para garantir o desenvolvimento ambiental da comunidade, o grupo defendeu o compromisso de trabalhar o fortalecimento dos processos de formação, por meio de capacitação, para o desenvolvimento das práticas de produção agroecológicas.

No que se refere à temática Desenvolvimento Social, o grupo apresentou como potencialidade/fortaleza a melhoria na qualidade de vida da comunidade, considerando o consumo e a produção de produtos agroecológicos como uma potencialidade, possivelmente por atrelar esse conceito à saúde.

Observou-se ainda, que os equipamentos sociais e a infraestrutura da vila são apresentadas como uma potencialidade pelo grupo, confirmando a percepção de que tem sobre a importância dos mesmos para a garantia de relevantes serviços para o desenvolvimento social da comunidade, tais como o acesso à água, à saúde, à educação, à energia e à alimentação de qualidade.

Enfatiza-se que o fornecimento de água da VPR Lafayette é proveniente da rede de abastecimento da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa), a qual é interligada a um reservatório elevado e conectado à rede adutora e de distribuição de água das casas, possibilitando à comunidade o recebimento de água encanada.

Neste contexto, há uma relação direta entre potencialidade e oportunidades, uma vez que reconhece depender dos órgãos públicos para a prestação desses serviços básicos. Além disso, o grupo focal apresentou como “problema/fraqueza”, a preocupação com a saúde das famílias pelo fato de alguns produtores e também moradores da VPR continuarem insistindo na realização de práticas que comprometem o meio ambiente, tais como queimadas e o uso indevido de agrotóxico. Mais uma vez a pandemia é associada à percepção de ameaça pela comunidade, em virtude de os serviços básicos prestados pelos órgãos públicos terem sofridos importantes impactos, gerando a redução dos serviços para a sua população.

Todavia, no geral, a comunidade denotou estar satisfeita com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade da comunidade em que moram, enfatizando como aspectos importantes para os bons resultados alcançados, os trabalhos realizados pela associação, suas articulações e estratégias para reivindicação de direitos, etc. Neste contexto, uma das entrevistas com as lideranças da associação da VPR Lafayette traz essa questão de forma bem clara:

Considero o trabalho da associação fundamental para garantir direitos e reivindicar benefícios importantes para o desenvolvimento da comunidade. Por exemplo, o PISF tinha a obrigação de entregar para a comunidade o sistema de abastecimento de água funcionando plenamente, porém recebemos um projeto de abastecimento com pendências, pois os poços implantados para atender a demanda de abastecimento de água da comunidade não tinham vazão suficiente, fora o fato de ser insalubre. Em virtude disso, após reivindicações da comunidade, o Ministério do Desenvolvimento Regional construiu uma adutora para abastecer a vila por meio da CAGEPE, porém o processo implantação da adutora foi lento e tivemos que acionar o Ministério público, que garantiu maior agilidade tanto por parte do Ministério quanto pela CAGEPA. Hoje temos água de qualidade para o consumo humano da nossa comunidade. Além disso, participamos de reuniões de planejamento com os órgãos municipais e estaduais, tais como orçamento participativo, que garante desenvolvimento de ações importantes dentro da nossa comunidade. Internamente realizamos atividades importantes como implantação do sistema de segurança da vila, construção de cercas, etc. Bem como realizamos atividades comemorativas dentro da comunidade, tais como, comemoração do Natal, Dia das Mães, festas juninas, dia de campo e dia do meio ambiente, etc. Acreditamos que esse tipo de ação aproxima a comunidade e envolve os interessados (AGNALDO FREITAS, JUNHO, Presidente da Associação Lafayette, 2021).

De acordo com as percepções repassadas pelos moradores da VPR Lafayette, seja por meio dos grupos focais ou pelas lideranças entrevistadas, percebe-se que há na comunidade uma busca incessante por melhores condições de vida e produtividade; e que a participação social, o respeito ao meio ambiente, a promoção de ações voltadas para a produção e renda, o desenvolvimento social e a idealização do associativismo, propiciaram importantes avanços às famílias reassentadas.

Vale salientar, que somada a essas questões, com vistas a melhor compreensão quanto à percepção do grupo focal sobre como avaliavam a qualidade de vida das famílias reassentadas,

foi levantado, por meio de uma pergunta geradora, como percebia a forma de viver da sua família, antes e depois de ser transferida para a VPR Lafayette, vide QUADRO 07, abaixo:

#### Quadro 08: Percepção da avaliação da Qualidade de Vida das Famílias

COMO VOCÊ CONSIDERA A FORMA DE VIVER E A QUALIDADE DE VIDA DA SUA FAMÍLIA?	
Antes do Reassentamento	Depois do Reassentamento
1. Propriedade unificada (áreas de produção, criação animal, currais, chiqueiros, casas)	1. Quadra de Futebol e áreas de lazer;
2. Criatórios de animais livres;	2. Equipamentos sociais;
3. Maior acesso a água para a produção;	3. Posse da terra para quem não tinha nada;
4. Todos se conheciam;	4. Vida associativa;
5. Dificuldade de acesso em períodos chuvosos;	5. Compreensão diferenciada do convívio comunitário;
6. Falta de iluminação pública;	6. Distância entre os lotes e a VPR;
7. Falta de água encanada;	7. Proximidade entre as residências.
8. Dificuldade de acesso a saúde.	

Fonte: Grupo focal – VPR Lafayette, 2021

Considerando-se as questões apresentadas, observa-se que os beneficiários da VPR Lafayette, representados pelo grupo focal, expuseram importantes mudanças na sua forma de viver e produzir, com destaque para o meio de produção, uma vez que antes, tinham a possibilidade de criar seus animais de forma mais solta, pois o lote produtivo era unificado ao residencial e hoje precisam manter seus animais presos, obedecendo o acordo de convivência instituído na vila, a fim de não incomodar os seus vizinhos.

Consideram ainda que o acesso à água para a produção era melhor, uma vez que até o momento, o MDR não fez a entrega dos lotes irrigados e os lotes de sequeiro não dispõem da infraestrutura hídrica adequada e/ou suficiente. Ademais, consideram como positivo, a disponibilidade da infraestrutura atual, que garante um melhor acesso na estrada em períodos chuvosos, a melhoria no atendimento médico.

Além da vida associativa que antes não era exercida. Salienta-se que a visão do antes e depois do reassentamento traz vários pontos considerados importantes pelas famílias reassentadas, dentre eles, destaca-se a questão da posse da terra. Nesse aspecto é mister enfatizar que 80% das famílias reassentadas na VPR Lafayette não possuíam a posse da terra. Eram moradoras ou

parentes de proprietários, alguns com a permissão de morar na terra na condição de meeiros, residindo na área, mas sem autonomia para produzir.

Diante da realidade da crise fundiária vivenciada por tantos brasileiros, pôde-se observar que o PISF, por meio do Programa de Reassentamento das Populações – PBA-08, oportunizou a muitas famílias reassentadas na VPR Lafayette o direitos à posse da terra, garantindo a todas condições de reproduzirem-se social e economicamente com igualdade de condições, garantindo àqueles que antes viviam na condição de meeiros a possibilidade e capacidade para se desenvolver e produzir na sua própria terra, sem a obrigatoriedade de “ter que plantar o que o dono da terra ordenar”, conforme depoimentos colhidos com moradores da vila.

Destarte, em linhas gerais, ao concluir esse trabalho de pesquisa, observou-se que, apesar do saudosismo, da conexão das famílias às áreas em que viviam antes de serem reassentadas, bem como da necessidade de readaptação à nova realidade, há por parte da maioria a percepção de que houve mudanças importantes nas suas vidas, as quais, embora apresentassem fatores negativos, trouxeram no seu bojo muitas questões positivas que precisam ser potencializadas por meios de vários vieses, dentre eles o viés do comprometimento da própria comunidade com as suas conquistas.

Nesse sentido, a participação social, por meio do associativismo, tem motivado o envolvimento das famílias reassentadas nos espaços de concertações promovidos pela comunidade, por meio das parcerias que tem articulado, levando-as a buscar novos caminhos e estratégias em prol do desenvolvimento sustentável.

No que se refere ao Ministério do Desenvolvimento Regional, no âmbito do Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF, como órgão empreendedor, responsável pela implementação da VPR Lafayette, sob a visão dos participantes, observa-se que estes compreendem a ações implementadas pelo projeto como de grande relevância para o processo desenvolvimento da vila, as ações de infraestruturas, as ações de capacitações promovidas, os acompanhamentos realizados, bem como as demais ações em curso. Todavia, chamam atenção para a continuidade das ações previstas no bojo de atuação, uma vez que as pendências deixadas pelo projeto limitam os seus avanços e o desenvolvimento da vila.

Chamando-se atenção ao fato de que sem o aporte das águas, o processo de produção das famílias reduz-se praticamente a atividades de subsistência, inibindo a capacidade empreendedora da comunidade. Portanto, faz-se urgente e necessária a entrega dos lotes irrigados, conforme postula o plano de reassentamento do PISF.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo apresentou em linhas gerais, como as famílias reassentadas à VPR Lafayette percebem a temática do desenvolvimento sustentável, a partir da discussão de seus atributos dentro da realidade em que vivem atualmente, resultando numa singela amostra dos desafios cotidianos, comuns nessa seara, a outras famílias reassentadas em comunidades rurais, no Nordeste Brasileiro.

Como resultado, notou-se que a percepção dos atributos socioeconômicos e ambientais pelas famílias, influencia diretamente na participação nas ações e compromissos com vistas ao atendimento da autossustentabilidade, mas também chama à atenção para que os outros atores envolvidos nesse processo, cumpram de fato, e em tempo, as condicionantes preconizadas nos programas ambientais para que se possa subsidiar os pilares do necessário desenvolvimento sustentável requerido naquelas comunidades.

Nesse sentido, cabe destacar a necessidade urgente do órgão empreendedor, no caso o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, realizar a consolidação das infraestruturas necessárias às atividades produtivas, que são essenciais para a geração de emprego e renda a partir da produção agropecuária nos lotes produtivos. Assim poderá estimular a cadeia produtiva e viabilizar efetivamente desenvolvimento sustentável nas VPR's.

Nesse contexto, considera-se que a pesquisa em campo se consolidou numa ferramenta de grande relevância não apenas para entender a percepção que as famílias da VPR Lafayette têm sobre desenvolvimento sustentável, a partir da sua convivência dentro da área de reassentamento, mas, sobretudo, como dinamizaram esta vivência e como perceberam as ações propostas e desenvolvidas pelo PISF.

Com base no fato de que o desenvolvimento sustentável adiciona valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades (BRASIL, 2021), observou-se, *in loco*, que as famílias reassentadas consideram ter obtido avanços a partir da sua transferência à VPR, principalmente no se refere à questão de infraestrutura e desenvolvimento social, uma vez que passaram a ter maior facilidade no atendimento de serviços básico, acesso à educação<sup>58</sup> e saúde, melhores condições das estradas vicinais, permitindo melhor escoamento da produção; bem como obtenção de importantes parcerias que oportunizaram qualidade e aumento da produção, embora tenha como limitante a dificuldade de acesso à água para o incremento da produção.

A consciência ambiental da comunidade tem se apresentado como um importante paradigma em construção, demonstrada não apenas no fato da associação ter recebido a certificação como produtora agroecológica, mas também no fato de ser possível observar nas pessoas envolvidas na pesquisa uma racionalidade voltada às questões ambientais, denotando maior conhecimento sobre a importância da preservação e a manutenção do meio ambiente.

Observa-se, mais de 90% dos pesquisados demonstraram preocupação com o desenvolvimento de práticas produtivas não convencionais, isto é, com o uso indiscriminado de agrotóxico durante seu processo de produção, realização de queimadas ou outras práticas nocivas ao meio ambiente. Dessa forma, muitos apresentaram um saber mais voltado para o desenvolvimento de práticas agroflorestais.

Nessa análise, observa-se que as ações de capacitações desenvolvidas pelo PISF e parceiros junto às famílias reassentadas propiciaram importantes avanços para o desenvolvimento da comunidade, pois embora o mérito deste resultado seja o nível de participação social empreendido pela própria comunidade, não se pode relegar a importância das ações educativas, que visam sensibilizar a consciência dos atores envolvidos no processo.

A percepção que as famílias têm sobre as ações empreendidas pelo PISF, no âmbito do reassentamento, embora seja vista de forma bastante positiva, não gerou acomodação por parte das lideranças comunitária, ao contrário, observa-se que a que esta não se limitou a esperar

---

<sup>58</sup> Embora a unidade escolar construída na vila pelo MDR não esteja funcionando, em virtude da demanda de alunos não justificar sua abertura, a comunidade dispõe de transporte escolar e a vila embora seja rural dista a menos de 5 Km do centro da cidade de Monteiro.

apenas ações propostas pelo PISF, enquanto empreendedor. Na suas falas deixam claro que acreditam que os resultados são mais efetivos quando a comunidade se organiza e reivindica os seus direitos. Como esse pensamento, obtiveram respostas positivas em diversos momentos, dentre elas, agilidade na implantação do sistema de abastecimento de água da comunidade.

Esse entendimento é bastante visível a partir da observação das articulações de ações desenvolvidas ao longo da sua existência, pois embora a VPR tenha uma formação associativa jovem (aproximadamente 06 anos), desenvolveu parcerias com diversas instituições, possibilitando o desenvolvimento de importantes ações para a comunidade.

Na premissa de que o desenvolvimento sustentável é resultante de ações integradas entre as diversas esferas econômica, social e política, bem como, o fato de que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, pois precisa estar relacionado com a melhoria de vida dos indivíduos e com o fortalecimento das liberdades (SEN, 2010), considera-se que a comunidade tem avançado no processo de desenvolvimento sustentável, apresentando resultados significativos e com reflexos na qualidade de vida da sua população, na geração de trabalho e renda e no desenvolvimento de práticas produtivas agroflorestais, conforme percebido na visão das famílias reassentadas.

Por outro lado, pôde ser visto como limitante o fato de algumas famílias terem ficado de fora do processo participativo, ausentando-se do debate e das pautas trabalhadas pela comunidade. Dessa forma, o grupo participante da pesquisa trouxe como desafio o compromisso de trabalhar o fortalecimento do associativismo como prática de sensibilização, envolvendo as famílias da vila, inclusive “aquelas que não são associadas, mas que exigem direitos da associação”.

Destarte, não se pode deixar de observar que o envolvimento e a participação social das famílias reassentadas na VPR Lafayette, aliados às ações articuladas e desenvolvidas pelo empreendedor e demais parceiros envolvidos, tem dinamizado o processo de desenvolvimento sustentável na comunidade.

Todavia, longe de ser conclusivo, este estudo merece outras investigações mais aprofundadas, diante da própria evolução na implantação dos programas básicos ambientais em curso, com destaque ao acompanhamento e análise do Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas Rurais implantadas no âmbito do Projeto de integração do rio São Francisco com as bacias

hidrográficas do Nordeste Setentrional, considerando ainda o fato de que há pendências deixadas pelo projeto que precisam ser concluídas, a fim de oportunizar às famílias reassentadas condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Cristhiane; AMÂNCIO, Robson; GOMES, Marcos Affonso Ortiz e PAULA, Maria das Graças. **Introdução ao Estudo de Gestão e Manejo Ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 124p

AGÊNCIA SENADO, 2017. (Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco>).

AQUINO, F. L. (2019). **Definição de Indicadores de Desempenho para o Sistema PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Publicação PPGENC.DM – 218/2019, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 177p.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>).

BRASIL. Plano de Reassentamento de Populações. Relatório Geral. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2009. **Portaria/ MI nº 58-A** - Fixa percentual mínimo de contrapartida para transferência voluntária destinada às ações de defesa civil e dá outras providências. Efeitos retroativos a 02/01/2009. Publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.2009

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2016. **Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016**. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2017. **Portaria nº 624, de 23 de novembro de 2017**. Define procedimentos a serem adotados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec/MI pela Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, pela Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e pelo Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2018. **Portaria nº 147, de 5 de abril de 2018**. Estabelece normas para o repasse de recursos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE, e do Centro-Oeste - FCO, para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BORGES, F. M. **O Associativismo no Projeto São Francisco**. Programa de Pós-Graduação em Política Social-Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2012.

CMMAD (1991). **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (430 p.).

CONTI, I.L.; SCHROEDER, E.O. **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social / (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Gestão dos resíduos sólidos e inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis no Vale do São Francisco** – Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo em Perspectiva, 18 (2): 95-103, 2004.

JARA, Carlos Júlio. **As dimensões intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. Carlos Jara com a colaboração de Maria Verônica Morais Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3824p/B3824p.pdf>. Acesso em 19 de jan. de 2021.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado, 24 (1): 47-87, 2009.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Educação & Realidade, 34 (3):17-24, 2009.

LOUREIRO, C.F.B. **Cidadania e meio ambiente**. Série construindo os Recursos do Amanhã, v.1. Centro de Recursos Ambientais, 2003, 168p.

NORDER, Luiz Antônio Cabello. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado)

PINTO, Vanessa Daniela Silva. **O exercício do direito de participar para democratizar a gestão pública municipal**. Ser Social: Democracia e Participação Sociopolítica. PIRES. 2004

SACONNI, Carolina Jessica Domschke. LEITÃO, Karina Oliveira. CARVALHO, Ana. MUNER, Andrea. **Transposição do rio São Francisco**: planejamento intermitente e prática descolada da realidade. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR 2019.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**: Companhia das Letras. 416 páginas. ISBN 9788571649781. 1ª ed. São Paulo.2000.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. **As águas do rio São Francisco**: disputas, conflitos e representações do mundo rural. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Campinas, 2017. 406 p.

SILVA, Ramom Campos Bastos da. **O uso de metodologias participativas como ferramenta estratégica na implantação da educação ambiental.** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas. LAVRAS. Minas Gerais: 2009.

SILVA, Ramom Campos Bastos da. **A participação social como estratégia de desenvolvimento local sustentável:** estudo do reassentamento da Vila Produtiva Rural VPR Negreiros, no projeto da transposição do Rio São Francisco / Ramom Campos Bastos da Silva. - Recife, PE: O autor, 2015.

SILVA, R. G. C.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente às hidrelétricas e ao agronegócio. **Revista franco-brasileira de geografia**, Confis, n. 36, p. 1-21, 2018